

RELATÓRIO ANUAL DO AGENTE FIDUCIÁRIO EXERCÍCIO 2021
BRADESCO LEASING S.A. ARRENDAMENTO MERCANTIL
4ª. Emissão de Debêntures

Stonex Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.

Relatório Anual do Agente Fiduciário

Exercício 2021



4ª. Emissão de Debêntures Não Conversíveis em Ações em Série
Única da Espécie Subordinada

BRADESCO LEASING S.A. ARRENDAMENTO MERCANTIL

CNPJ: 47.509.120/0001-82

CARACTERÍSTICAS DA EMISSÃO

DATA DE EMISSÃO:	01/02/2005
DATA DE VENCIMENTO:	01/02/2025
DESTINAÇÃO DOS RECURSOS:	Os recursos obtidos foram destinados ao lastro para a realização de novas operações de arrendamento mercantil; ao alongamento de planos de operações de arrendamento mercantil ofertados aos clientes da Emissora; e ao reforço de caixa da Emissora.
BANCO MANDATÁRIO:	Banco Bradesco S.A.
INSTITUIÇÃO DEPOSITÁRIA:	Banco Bradesco S.A.
BANCO ESCRITURADOR:	Banco Bradesco S.A.
VALOR TOTAL DA EMISSÃO:	R\$8.775.000.000,00
QUANTIDADE DE DEBÊNTURES:	87.750.000
NÚMERO DE SÉRIES:	Série Única
VALOR NOMINAL UNITÁRIO:	R\$100,00
CÓDIGO DO ATIVO:	BRAM14
FORMA:	Nominativa Escritural
CLASSE:	Simple

GARANTIA:	Subordinada
ATUALIZAÇÃO VALOR NOMINAL:	Não Haverá
RENDIMENTO DOS JUROS:	100% do CDI, base 252 dias úteis
PAGAMENTO DE JUROS:	No vencimento
PREÇO UNITÁRIO EM 31/12/2021:	R\$508,697935
REPACTUAÇÃO:	Deliberada em AGD realizada no dia 11/01/2010. O direito de repactuação das condições de remuneração aplicáveis às Debêntures não foi exercido, permanecendo inalteradas as condições estabelecidas na Escritura de Emissão.
AMORTIZAÇÃO:	100% no Vencimento
POSIÇÃO EM 31/12/2021:	2.674.557 em Circulação
AGENTE FIDUCIÁRIO:	INTL FCStone DTVM LTDA.
RATING:	brAAA pela Austin Rating em 21/07/2021
REGISTRO CVM:	CVM/SRE/DEB-2006/024 em 25/07/2006
ISIN:	BRBDLSDBS032

EVENTOS LEGAIS E SOCIETÁRIOS RELATIVO AO EXERCÍCIO DE 2021

AGO – 28/04/2021: as deliberações em AGO decidiram por: (1) Aprovar as contas dos Administradores e as Demonstrações Financeiras relativas ao exercício social findo em 31/12/2020; (2) Aprovar a proposta do Conselho de Administração para Destinação do Lucro Líquido do exercício; (3) Aprovar a reeleição dos Membros do Conselho de Administração; e (4) Aprovar a proposta do Conselho de Administração, de não fixação de remuneração aos Administradores da Companhia, eleitos por indicação do Banco Bradesco S.A. (Bradesco), tendo em vista que todos já recebem remuneração naquela instituição financeira (Bradesco).

Obs. A íntegra da Ata mencionada acima encontra-se à disposição no site www.cvm.gov.br.

ASPECTOS ECONÔMICO-FINANCEIROS**Relatório da Administração:****Senhores Acionistas,**

Submetemos à apreciação de V.Sas. as Demonstrações Contábeis da Bradesco Leasing S.A. - Arrendamento Mercantil (Bradesco Leasing ou Instituição) relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

A atuação da Instituição está plenamente integrada à Rede de Agências do Banco Bradesco S.A., mantendo estratégia de diversificação dos negócios nos vários segmentos do mercado, assim como parcerias com grandes fabricantes, principalmente nos setores automotivo, aeronaves e de máquinas e equipamentos, destacando-a como uma das principais arrendadoras no mercado nacional.

No final do exercício findo em 31 de dezembro de 2021, a Bradesco Leasing registrou Prejuízo Líquido de R\$ 189 milhões e Patrimônio Líquido de R\$ 3.284 milhões. A Instituição possui participação societária na empresa Serel Participações em Imóveis S.A.

Em 31 de dezembro de 2021, o total de Ativos somava R\$ 9.812 milhões, destacando-se R\$ 5.614 milhões em Títulos e Valores Mobiliários e R\$ 3.059 milhões em Operações de Arrendamento Mercantil de Leasing Financeiro, registrados a valor presente. O total de captações estava representado por R\$ 5.435 milhões de Debêntures e o saldo do Valor Residual Parcelado ou Antecipado das operações de arrendamento mercantil representava R\$ 1.461 milhões. A Instituição possuía 5.605.986.711 debêntures de sua própria emissão em tesouraria, no valor de R\$ 134.982 milhões.

Em conformidade com a Instrução nº 381/03, da Comissão de Valores Mobiliários, a Bradesco Leasing, no período, não contratou e nem teve serviços prestados pela KPMG Auditores Independentes não relacionados à auditoria externa, em patamar superior a 5% do total dos honorários relativos a serviços de auditoria externa. De acordo com critérios internacionalmente aceitos, a política adotada atende aos princípios que preservam a independência do auditor, quais sejam: o auditor não deve auditar o seu próprio trabalho, nem exercer funções gerenciais no seu cliente ou promover os interesses deste.

Agradecemos aos nossos clientes o apoio e confiança.

Osasco, SP, 08 de fevereiro de 2022.

Relatório dos Auditores Independentes em 10/02/2022:

Pareceres e Declarações / Relatório do Auditor Independente - Sem Ressalva

KPMG Auditores Independentes
Rua Verbo Divino, 1400, 1º - 4º andar, Chacára Santo Antônio
CEP 04719-911 - São Paulo/SP - Brasil
Telefone +55 (11) 3940-1500
kpmg.com.br

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis

Aos
Conselheiros e Administradores da
Bradesco Leasing S.A. – Arrendamento Mercantil
Osasco - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Bradesco Leasing S.A. – Arrendamento Mercantil (“Instituição ou Bradesco Leasing”) que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Bradesco Leasing S.A. – Arrendamento Mercantil em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Instituição, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.
Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do semestre e exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Avaliação da mensuração da provisão para créditos de arrendamento mercantil de liquidação duvidosa (PCLD)

Conforme apresentado nas notas explicativas nº 3e e 7, a Bradesco Leasing registrou R\$ 52.345 mil de provisão para créditos de liquidação duvidosa para as operações de crédito de arrendamento mercantil em 31 de dezembro de 2021.

Para determinar a provisão para créditos de arrendamento de liquidação duvidosa a Bradesco Leasing classifica as operações de arrendamento mercantil em nove níveis de risco (“ratings”), levando em consideração fatores e premissas dos clientes e das operações, tais como situação econômico-financeira, grau de endividamento, setor de atividade econômica, características das garantias, dias de atraso e demais fatores e premissas previstos na Resolução CMN nº 2.682/99, sendo “AA” o risco mínimo e “H” o risco máximo, aplicando os respectivos percentuais de perda determinados pela referida Resolução para cada rating.

Adicionalmente, a Bradesco Leasing complementa suas estimativas (provisão complementar) por meio de estudos internos baseados em modelos estatísticos que capturam informações históricas e prospectivas, de forma a refletir a sua expectativa de perdas em diferentes cenários econômicos (positivo, esperado e adverso).

Consideramos a mensuração da provisão para créditos de arrendamento mercantil de liquidação duvidosa como um principal assunto de auditoria, em razão do julgamento significativo envolvido na avaliação das premissas utilizadas na classificação das operações de arrendamento mercantil e na determinação da provisão complementar.

Como nossa auditoria abordou esse assunto

Os principais procedimentos que realizamos para tratar do assunto significativo para nossa auditoria incluíram o resumido abaixo.

Testamos o desenho e a efetividade operacional de certos controles internos relacionados aos processos de (i) desenvolvimento, aprovação e aplicação das metodologias internas de avaliação dos níveis de risco (“ratings”) dos clientes que suportam a classificação das operações; (ii) a definição, aprovação e aplicação das principais premissas utilizadas na atribuição dos ratings, incluindo aqueles relacionados a revisão individualizada da análise de risco de crédito e a governança estabelecida para respectiva aprovação.

Analisamos, por amostragem, o cálculo aritmético da provisão para créditos de arrendamento mercantil de liquidação duvidosa da

carteira de arrendamento mercantil, considerando a avaliação sobre o atendimento aos requisitos estabelecidos pela Resolução CMN nº 2.682/99, como ratings mínimos em relação aos dias em atraso, atribuição do pior rating para operações de um mesmo grupo econômico e manutenção do rating anterior para casos de renegociação/recuperação do crédito. Avaliamos ainda as divulgações efetuadas nas demonstrações contábeis.

Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima resumidos, consideramos adequada a mensuração da provisão para créditos de arrendamento mercantil de liquidação duvidosa, no contexto das demonstrações contábeis tomadas em conjunto referentes ao semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2021.

Outros Assuntos

Demonstração do valor adicionado

A demonstração do valor adicionado (DVA), referente ao semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2021, elaborada sob a responsabilidade da administração da Instituição, e apresentada como informação suplementar em relação às práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis da Instituição. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações contábeis e registros contábeis, conforme aplicável, e se sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 – Demonstrações do Valor Adicionado. Em nossa opinião, a demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e é consistente em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A administração da Instituição é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no relatório da administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Instituição continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Instituição ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Instituição são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional, e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Instituição.

• Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Instituição.

• Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza significativa em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Instituição. Se concluímos que existe uma incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Instituição a não mais se manter em continuidade operacional.

• Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

• Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do semestre e exercício correntes e que, dessa maneira constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as conseqüências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Osasco, 10 de fevereiro de 2022

KPMG Auditores Independentes
CRC SP-028567/F

Gustavo Mendes Bonini
Contador CRC 1SP-296875/O-4

Comentários sobre as Demonstrações Contábeis:

Baseados nas Demonstrações Financeiras Padronizadas, relativas ao exercício encerrado em 31.12.2021, acompanhadas do Parecer dos Auditores Independentes, com verbas em Reais (mil), destacamos os seguintes aspectos relevantes das demonstrações financeiras “pela legislação societária”, relativos aos exercícios encerrados em 31.12.2020 e 31.12.2021.

Patrimônio Líquido Contábil: diminuiu de 3.473.029 em 2020 para 3.284.110 em 2021 (-5,44%).

Resultado: em 2021 a Emissora apresentou um prejuízo de 188.994, em comparação com lucro líquido de 92.050 apresentado no ano de 2020.

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021	Penúltimo Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020	Antepenúltimo Exercício 01/01/2019 à 31/12/2019
1	Ativo Total	9.812.277	10.216.065	10.117.669
1.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	6.752	7.774	3.446
1.01.01	Caixa	6.752	7.774	3.446
1.02	Ativos Financeiros	8.622.340	9.136.860	8.941.462
1.02.04	Ativos Financeiros ao Custo Amortizado	8.622.340	9.136.860	8.941.462
1.02.04.01	Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	1.389	1.330	1.294
1.02.04.03	Títulos e Valores Mobiliários	5.614.153	6.712.994	6.394.907
1.02.04.06	Operações de Arrendamento	3.059.143	2.487.332	2.703.709
1.02.04.07	Provisão para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito de Operações de Arrendamento	-52.345	-64.796	-158.448
1.03	Tributos	360.628	204.112	239.648
1.03.03	Outros	360.628	204.112	239.648
1.03.03.01	Créditos Tributários	360.628	204.112	239.648
1.04	Outros Ativos	777.612	823.528	865.249
1.04.03	Outros	777.612	823.528	865.249
1.05	Investimentos	41.879	40.710	64.763
1.05.01	Participações em Coligadas	41.879	40.614	58.318
1.05.05	Outros Investimentos	0	96	6.445
1.06	Imobilizado	3.066	3.081	3.101
1.06.01	Imobilizado de Uso	25.444	25.444	25.444
1.06.03	Depreciação Acumulada	-22.378	-22.363	-22.343

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021	Penúltimo Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020	Antepenúltimo Exercício 01/01/2019 à 31/12/2019
2	Passivo Total	9.812.277	10.216.065	10.117.669
2.02	Passivos Financeiros ao Custo Amortizado	6.011.869	6.181.807	6.016.001
2.02.03	Recursos Mercado Interfinanceiro	6.011.869	6.181.807	6.016.001
2.02.03.01	Recursos de Instituições Financeiras - FINAME	576.925	263	936
2.02.03.02	Recursos de Debêntures	5.434.944	6.181.544	6.015.065
2.03	Provisões	116.540	164.751	168.330
2.03.01	Provisões para Contingências	116.540	164.751	168.330
2.04	Passivos Fiscais	320.742	286.130	295.595
2.04.01	Impostos Diferidos	320.742	286.130	295.595
2.05	Outros Passivos	79.016	110.348	234.813
2.07	Patrimônio Líquido	3.284.110	3.473.029	3.402.930
2.07.01	Capital Social Realizado	2.312.267	2.312.267	2.312.267
2.07.04	Reservas de Lucros	971.857	1.160.851	1.090.663
2.07.04.01	Reserva Legal	293.657	293.657	289.054
2.07.04.02	Reserva Estatutária	678.200	867.194	801.609
2.07.06	Ajustes de Avaliação Patrimonial	-14	-89	0

DFs Individuais / Demonstração do Resultado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021	Penúltimo Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020	Antepenúltimo Exercício 01/01/2019 à 31/12/2019
3.01	Receitas de Intermediação Financeira	1.473.633	1.427.373	2.841.911
3.01.01	Operações de Crédito	17.055	32.093	56.717
3.01.02	Operações de Arrendamento Mercantil	1.233.094	1.257.508	1.307.607
3.01.03	Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários	223.484	137.772	1.477.587
3.02	Despesas de Intermediação Financeira	-1.271.945	-1.274.179	-2.524.311
3.02.01	Operações de Captações no Mercado	-265.760	-184.685	-1.457.720
3.02.02	Operações de Empréstimos e Repasses	-5	-41	-117
3.02.03	Operações de Arrendamento Mercantil	-1.006.180	-1.089.453	-1.066.474
3.03	Resultado Bruto de Intermediação Financeira	201.688	153.194	317.600
3.04	Outras Despesas e Receitas Operacionais	-512.587	1.338	-99.966
3.04.01	Despesa de Provisão para Perda Esperada para Risco de Crédito	10.387	54.636	-34.982
3.04.01.01	Operações de Arrendamento Mercantil	10.387	54.636	-34.982
3.04.04	Outras Despesas de Administrativas	-134.175	-20.709	-28.489
3.04.05	Despesas Tributárias	-97.543	-37.564	-44.813
3.04.06	Outras Receitas Operacionais	37.781	51.072	53.256
3.04.07	Outras Despesas Operacionais	-330.239	-47.369	-46.336
3.04.08	Resultado da Equivalência Patrimonial	1.202	1.272	1.398
3.05	Resultado antes dos Tributos sobre o Lucro	-310.899	154.532	217.634
3.06	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	121.905	-62.482	29.918
3.06.01	Corrente	0	-36.411	1.257
3.06.02	Diferido	121.905	-26.071	28.661
3.07	Lucro ou Prejuízo das Operações Continuadas	-188.994	92.050	247.552
3.09	Lucro ou Prejuízo antes das Participações e Contribuições Estatutárias	-188.994	92.050	247.552
3.11	Lucro ou Prejuízo Líquido do Período	-188.994	92.050	247.552
3.99	Lucro por Ação (R\$/Ação)	-8.013	3.902	10.496
3.99.01	Lucro Básico por Ação	-8.013	3.902	10.496
3.99.01.01	ON	-8.013	3.902	10.496

Fonte: CVM

DECLARAÇÃO DA COMPANHIA EMISSORA:

Através de documento enviado a este Agente Fiduciário em 15/03/2022, a Companhia Emissora declarou que “está em dia no cumprimento de todas as suas obrigações previstas na referida escritura, assim como não ocorreram quaisquer eventos descritos no item 5 (Do Resgate e Vencimento Antecipado)”.

O AGENTE FIDUCIÁRIO DECLARA:

- a) Não tem conhecimento de nenhuma omissão ou inverdade que pudessem estar contidas nas informações divulgadas pela Emissora, nem de qualquer atraso ou inadimplemento na prestação de informações a que ela está obrigada.
- b) Não tem bens ou valores entregues à sua administração.
- c) Está apto a continuar na função

São Paulo, 20 de abril de 2022

Stonex DTVM Ltda.
Agente Fiduciário